

A CARREIRA POLICIAL-MILITAR: Uma abordagem dos fatores determinantes da escolha*

Eliene Lima de Souza

2º Tenente Psicóloga da PMMG, Mestre em Psicologia pela UFMG

1 INTRODUÇÃO

A conduta do policial militar sempre foi alvo de observação de toda a população, em especial da mídia, devido a sua missão constitucional de mantenedora da ordem pública. Sendo assim, agregados à sua figura estão vários adjetivos que contribuem para a formação de sua imagem como alguém cujo erro é inaceitável, chegando-se até mesmo a esperar do policial que ele seja capaz de responder aos chamados da sociedade com total domínio de suas emoções. Quando esse ideal é rompido e o policial age como um ser humano comum, mais um cidadão da sociedade civil, surgem as manchetes de jornal condenando suas falhas. Não raro nos deparamos com denúncias de policiais corruptos, arbitrários, e muitas vezes violentos que, a despeito da autoridade que lhes é conferida, inclusive possibilitando-lhes legalmente usar a força física necessária para garantir a manutenção da ordem pública, praticam a violência ilícita contra os cidadãos - aqueles mesmos cidadãos que neles confiam para proporcionar-lhes segurança.

Motivado por estes dois extremos - de um lado a necessidade social de controle, de outro a possibilidade do exercício deste controle através de meios ilícitos - é que surgiu esta pesquisa sobre a carreira policial-militar, com a finalidade de estudar o significado de ser um policial na concepção de quem faz esta escolha profissional. A proposta foi embasada na investigação da imagem que a sociedade tem da PMMG, sob o ponto de vista dos sujeitos entrevistados, bem como as expectativas pessoais sobre a carreira que eles traziam consigo, construídas socialmente, quando optaram por ser policiais militares. Naturalmente, não negamos a interferência dos processos organizacionais na construção do papel social de policial. Contudo, partimos da premissa de que a opção pessoal pela carreira policial-militar se faz a partir da imagem que a instituição constrói internamente e reflete socialmente através de sua atuação, associada a componentes advindos da história pessoal do indivíduo.

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar as razões que levaram os cadetes do Curso de Formação de Oficiais - CFO - da Polícia Militar de Minas Gerais, a escolherem esta carreira. Como objetivos específicos, o que se pretendeu foi identificar, no discurso dos policiais pesquisados, indicadores da imagem que a Polícia Militar ostenta perante a sociedade; analisar os papéis sociais derivados dessa imagem, com os quais os policiais se identificaram no momento da escolha profissional; inferir as razões que levaram os indivíduos a escolherem a carreira de policial militar. Para tanto, desenvolveu-se um estudo de caso acerca da inclusão dos cadetes ex-civis do primeiro ano do CFO, no ano de 2001 (CFO-1/01)¹, os quais representam o universo desta pesquisa. O instrumento de análise de dados foi o grupo focal, conforme veremos a seguir, ao apresentarmos a metodologia utilizada, e a sua interpretação foi feita mediante análise de conteúdo. O marco teórico foi a Teoria de Papéis segundo a abordagem de Ervin Goffmann, Peter Berger e Thomas Luckman. Alguns aspectos mais relevantes dos dados obtidos serão apresentados neste artigo.

* Resumo de dissertação, cuja cópia encontra-se disponível na biblioteca da APM.

¹ O Curso de Formação de Oficiais tem duração de 3 anos, durante os quais o indivíduo recém-incluído na organização recebe treinamento específico que o habilita ao exercício do papel de oficial da PMMG. O acesso a essa formação se dá mediante concurso público no qual podem se inscrever tanto os policiais que já pertençam à Corporação, com vistas à ascensão na carreira, quanto os civis. Como alunos do CFO, recebem a denominação de “cadetes”.

2 APRESENTANDO A METODOLOGIA UTILIZADA

A abordagem dos fatores determinantes da escolha da carreira policial-militar, conforme já citamos na introdução deste artigo, se deu a partir de estudo de caso sobre o CFO-1/01. Como nos esclarece Becker, através do estudo de caso é possível adquirir conhecimentos sobre determinado evento, baseado na exploração intensa de um único caso, além de possibilitar “desenvolver declarações teóricas” a respeito do tema escolhido (Becker, 1994).

Além do olhar incisivo sobre o grupo de cadetes que ingressaram na PMMG em 2001, este estudo de caso nos proporcionou oportunidade para contribuir com a produção teórica sobre o tema “polícia militar”, o qual ainda é bastante carente de pesquisa científica. Há que se ressaltar, ainda, que o estudo de caso nos permite formular generalizações dentro do fenômeno estudado - e isso foi feito nessa situação em particular - porém não se perdendo de vista o fato de que cada caso é um caso. O método de coleta de dados foi o grupo focal, que será melhor detalhado oportunamente.

Ao analisar as razões que levaram esses cadetes da Polícia Militar a escolher esta carreira, não devemos desconsiderar a força que a doutrina institucional exerce sobre eles, a partir de seu ingresso na corporação, e sobretudo durante o curso de formação. Portanto, optamos por trabalhar apenas com os cadetes que ingressaram no CFO ainda civis, lembrando que esse ingresso se dá através de concurso público no qual podem também se inscrever aqueles que já são praças na corporação. O motivo para a utilização apenas desta categoria de alunos foi a crença na isenção, que ainda guardavam, da cultura organizacional que, de alguma maneira, passa a exercer forte influência no indivíduo, muitas vezes podendo até distanciá-lo um pouco de seus objetivos e expectativas iniciais quanto à carreira. Também por esse motivo a pesquisa foi iniciada quando os cadetes possuíam apenas três meses de Academia.

Um primeiro dado, que muito nos chamou a atenção nesse grupo, refere-se ao número de jovens que se interessam pelo concurso. Acompanhando o QUADRO 1, teremos uma visão mais clara do número de candidatos que se inscreveram ao CFO no ano de 2000, para iniciar o curso em 2001.

QUADRO 1
CANDIDATOS INSCRITOS PARA O CFO/01
ANO 2001

CURSOS	Policiais Masculinos			Policiais Femininos		
	Nº VAGAS	INSCRITOS	RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA	Nº VAGAS	INSCRITOS	RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA
CFO/PM	54	10.868	201,28	06	3.792	632
CFO/BM	27	3.806	140,96	03	677	225,67
TOTAL	81	14.674		09	4.469	

Fonte: Centro de Recrutamento e Seleção da PMMG – CRS/PMMG.

O número total de inscritos para o CFO/PM, entre candidatos femininos e masculinos, foi 19.143. Como podemos perceber, a relação candidato/vaga por si só já nos induz a questionamentos, sobretudo quando comparado a este mesmo índice no vestibular da UFMG, em cursos de maior concorrência, no mesmo ano de referência.

QUADRO 2
RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA EM VESTIBULARES
ANO 2000

CURSOS	Nº VAGAS	RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA
CFO/PM	60	244,33
MEDICINA	320	38,92
COMUNICAÇÃO	100	32,41
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	80	29,86
FONOAUDIOLOGIA	50	31,56

Fonte: CRS e Manual do candidato ao vestibular da UFMG em 2002.

Apesar de haver, inicialmente, 60 vagas para o CFO-1/01, foram matriculados 76 alunos, 16 (dezesesseis) tendo sido incluídos em cumprimento a mandados judiciais por haverem questionado algum resultado de exames aos quais foram submetidos no processo seletivo. Para a composição do universo pesquisado, o qual, conforme já foi esclarecido, contemplava os alunos que ingressaram civis no CFO, apresentou-se, inicialmente, um total de 60 cadetes, dentre eles 14 possuindo mandado judicial.

Alguns dados que caracterizaram esse grupo são significativos, tais como grau de instrução e parentesco com militares, devendo ser esclarecido que a escolaridade exigida para ingresso na carreira é o 2º grau completo. A faixa etária também é um dado interessante a ser considerado, haja vista que houve grande variação neste aspecto. Recorremos, mais uma vez, à visualização por quadros, representando os aspectos acima citados, separadamente.

QUADRO 3
GRAU DE INSTRUÇÃO DOS CADETES DO CFO-1
ANO 2001

GRAU DE INSTRUÇÃO	Nº DE CANDIDATOS	%
2º GRAU	47	78,3
3º GRAU INCOMPLETO	10	16,7
3º GRAU COMPLETO	03	5,0
TOTAL	60	100

Fonte: Questionário respondido pelos cadetes.

Inferre-se, desse quadro, que a grande maioria dos componentes do grupo (78,3%) tem o ensino médio completo, sendo que os demais já estão com o ensino superior em curso ou completo.

QUADRO 4
PARENTESCO COM MILITARES ENTRE OS CADETES DO CFO-1
ANO 2001

PARENTESCO	Nº DE CANDIDATOS	%
SIM	25	41,6
NÃO	35	58,4
TOTAL	60	100

Fonte: Questionário respondido pelos cadetes.

Verifica-se que um número significativo de componentes do grupo tem parentesco com militares, o que, de certa forma, oferece-lhes aos mesmos uma imagem da Polícia Militar que exerce papel significativo sobre sua escolha.

QUADRO 5
FAIXA ETÁRIA DOS CADETES DO CFO-1
ANO 2001

FAIXA ETÁRIA	Nº DE CANDIDATOS	%
18	11	18,3
19 a 21	33	55,0
22 a 25	13	21,7
Acima de 25	03	5,0
TOTAL	60	100

Fonte: Questionário respondido pelos cadetes.

Como se pode verificar, mais da metade (55%) da amostra tem entre 19 e 21 anos, fator que os aproxima e que irá influenciar uma visão de mundo própria de seu tempo.

A coleta de dados ocorreu a partir da realização de Grupo Focal, uma técnica de investigação qualitativa que vem sendo freqüentemente usada nas Ciências Sociais. Sendo bastante indicado quando se deseja estudar as atitudes e o comportamento de uma pessoa sobre determinado objeto ou situação específicos, o Grupo Focal se fundamenta na interação que se processa entre os sujeitos de pesquisa. Segundo Merton, “os grupos focais facilitam os entrevistados a expressar seus próprios centros de atenção e de suas próprias reações aos conceitos que são importantes para eles” (Merton, 1965, citado por Roso, 1997).

O clima de espontaneidade que se estabelece nesse método é um diferencial importantíssimo, sobretudo quando nos dispomos a pesquisar organizações de estrutura rígida, como é o caso da PM. O que se propõe aos participantes é uma discussão, monitorada por algumas questões que o moderador irá lançando gradativamente, de forma que todos possam expor seus pontos de vista sobre o tema oferecido. Alguns procedimentos, como um bom rapport e até mesmo um pequeno espaço para lanche com os participantes, são fundamentais para que se estabeleça um clima de trabalho favorável. Para a pesquisa em análise, a realização dos grupos focais se deu após o expediente escolar dos cadetes. Com vistas a já iniciar uma

interação grupal, e até mesmo para proporcionar-lhes um relaxamento da atividade diária, o lanche ocorria sempre antes do início dos trabalhos.

Também a necessidade de gravação das discussões teve que ser negociada com eles, justificando-se pela impossibilidade de outra forma de registro do que seria dito nos grupos. Em nenhum dos grupos realizados houve oposição a esse procedimento, apesar de alguns se certificarem quanto a quem iria ouvir a fita. Como já foi dito, o universo pesquisado contemplava 60 cadetes. Entretanto, em virtude de dispensas por motivo de saúde ou empenho em serviço interno, os trabalhos nos Grupos Focais realizaram-se com 44 cadetes.

Um critério primordial dessa técnica é a necessidade de homogeneidade de características entre os componentes do grupo. Traços tais como classe social, idade, nível de experiência, estado civil e sexo, devem ser equiparados sob pena de comprometer a validade dos dados colhidos. Entre os cadetes, de antemão, já se obedecia bastante a esse critério, tendo-se em vista que, em grande medida, os pré-requisitos para inscrição no concurso nos possibilitava essa homogeneidade. Restava-nos adequar os grupos no que dizia respeito à variável sexo, já que o número de cadetes femininos é bastante reduzido, havendo apenas 6 que ingressaram civis na turma. Foram compostos, então, 5 grupos com aproximadamente 10 cadetes cada um, as policiais sendo distribuídas entre eles. Dois desses grupos foram compostos exclusivamente por aqueles que possuíam algum parentesco com militares, a fim de que se observasse este outro critério de homogeneidade; os demais sendo distribuídos entre os três restantes.

Os cadetes foram concitados a discutir oito questões que envolviam desde a motivação deles para a profissão até a relação que viam entre polícia e poder, justiça e democracia, passando também pelo que entendem ser o papel que irão executar após o término do curso.

O material colhido nos encontros com os grupos representa o produto do discurso verbal e até mesmo não verbal dos participantes. Esse produto, lido até a saturação, foi selecionado e classificado em nove categorias:

1. significado de ser policial militar;
2. significado de ser oficial;
3. representação da Polícia Militar em Minas Gerais;
4. percepção da Polícia antes e depois do ingresso;
5. uso da força física pelo PM;
6. relação entre Polícia e Poder;
7. relação entre Polícia e Democracia;
8. relação entre Polícia e Justiça;
9. motivo da opção pela carreira policial-militar.

A interpretação foi feita através da análise de conteúdo das respostas, tendo ocorrido em duas fases: na primeira, uma análise por grupo, buscando-se a descrição e a interpretação de cada um dos grupos; na segunda, uma análise intergrupal, na qual todas as respostas de todos os grupos focais foram consideradas no conjunto.

3 ANALISANDO A PERCEPÇÃO DE PM, SOCIALMENTE CONSTRUÍDA

O conceito de percepção pode ser entendido como um processo através do qual buscamos compreender e conhecer os outros, sendo, portanto, um fator preponderante na formação das atitudes. Sua referência, neste estudo, ocorreu a partir do nosso interesse em investigar a atitude das pessoas face à PMMG: não só a atitude dos cadetes participantes, mas também da sociedade como um todo, aqui retratada na fala desses sujeitos de pesquisa.

A busca de informações, junto aos cadetes, sobre a forma como viam a PMMG antes do ingresso, e como a viam agora, quando já eram pertencentes à corporação, nos levou a ter uma noção da concepção deles de PM, bem como das influências que sofreram no processo de construção desse conceito. Algumas falas podem ser citadas, exemplificando esta imagem construída.

S3/1: “chegava um bando de policiais e me mandava botar a mão na parede, começava a revistar minha carteira e cheirar minha mão... assim... eu ficava incomodado (...), eu via, assim... um mal necessário. Eu ficava ofendido com a ação da polícia; hoje em dia eu sei que é preciso.”

S1/4: “eu tinha uma imagem de polícia, polícia mesmo, assim... repressora; é esse contato com a televisão, com as coisas que acontecem. (...) Eu não sabia a formação como é que era, não tinha noção da responsabilidade que... não sabia direito o que é ser polícia (...), eu via meu pai indo trabalhar, chegar tranquilo em casa, ia em casa direto durante o turno de serviço (...). ele me influenciou bastante a entrar pra polícia (...). Eu achava que eu ia ser igual meu pai.”

Vislumbramos, portanto, uma mudança na percepção deles quanto ao papel da polícia, e a fala de S1/4 nos remete aos conceitos de interiorização, socialização primária e secundária, presentes na obra de Berger sobre a construção social da realidade.

A vida cotidiana só faz sentido a partir da “interiorização” de conceitos, ou seja, a partir do momento em que compreendemos os significados dos fatos sociais e passamos a assumir esses conceitos como nossos também. Nesse ato de assumir os significados sociais, passamos, então, a absorver os papéis e atitudes dos outros. Atitudes estas, que já estão alicerçadas no próprio processo de interiorização e na história de vida desses “outros”. Com relação à PMMG, a imagem que a mídia divulga, a opinião de determinados grupos, bem como a opinião dos próprios familiares pertencentes a organizações militares, são fatores preponderantes na formação da atitude dos candidatos à inclusão.

A interiorização é parte fundamental da socialização, que ocorre em dois níveis: a primária e a secundária. Na socialização primária, a criança é levada a uma identificação com os valores e comportamentos dos pais ou os responsáveis por sua educação, sobretudo pelo aspecto emocional que reside nesta relação e que é de fundamental importância na identificação. Já na socialização secundária, a criança é levada a abstrair deste mundo particular para o mundo socialmente partilhado, sendo este o momento em que ela percebe que aquilo que correspondia apenas à realidade restrita de seus entes queridos, na verdade faz parte de um universo muito maior.

A partir da socialização secundária é que desenvolvemos, por exemplo, o conhecimento daquilo que a sociedade classifica como “controle social”. Berger, em sua obra intitulada “Perspectivas sociológicas”, define controle social como “vários meios usados por uma sociedade para ‘enquadrar’ seus membros socialmente recalcitrantes”. Cita como métodos mais comuns para realizar esse “enquadramento”, a pressão econômica, a persuasão, o ridículo, a difamação, o opróbrio, a moralidade, os costumes e convenções, além das regras impostas formal ou informalmente pela ocupação profissional escolhida e as imposições da vida privada, tais como a reprovação, a perda de prestígio, ou o desprezo vindos da família ou dos amigos. Entretanto, cita a violência física como o “meio supremo e mais antigo” de controle social, acrescentando que “nenhum Estado pode existir sem uma formação policial ou seu equivalente em poderio armado”. Vemos, então, que o termo “polícia” é usado como um recurso social para controle de comportamentos, e que sua referência se faz acompanhada do adjetivo “violência física”.

Através da pesquisa realizada, foi possível observar que a PMMG ainda é vista sob o signo da repressão e, desse modo, associada ao Exército Brasileiro em sua forma de atuação. As falas acima reproduzidas também exemplificam essa afirmação. Entretanto, apesar dessa imagem negativa, vários jovens ainda optam por ser policiais militares, chegando a enfrentar um vestibular bastante concorrido - 249 candidatos por vaga no ano da pesquisa em questão - além de se submeterem a uma bateria de exames físicos e teste psicológico. Quais são, então, os impactos da imagem da PMMG sobre aqueles que almejam entrar para a corporação? Analisando as falas dos cadetes, percebemos o quanto essa questão está diretamente vinculada ao poder. A referência que fazem aos símbolos: arma, farda, carteira de polícia, nos levam a inferir serem esses os estímulos, oriundos da PM, que lhes chamaram a atenção, e com os quais se identificaram ao

escolherem a profissão. Não podemos negar, contudo, tratar-se de um poder legítimo, assegurado por lei, conforme se pode ler na própria Constituição Federal/88 em seu Art. 144. V, § 5º:

a segurança pública é um “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos”, devendo ser exercida para a “preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (BRASIL, Constituição da República, 1994).

Essa imagem de poder também se manifesta na fala dos pesquisados através da possibilidade de uso da força física pelo policial militar. Embora existam mecanismos legais que regulem e tentem limitar esse recurso de controle social apenas às situações estritamente necessárias, e na medida exigida para o cumprimento do dever de assegurar a segurança pública aos cidadãos, sabemos que se trata de uma questão bastante subjetiva. Na prática, é o próprio policial, passível de todas as emoções e fragilidades próprias a qualquer ser humano, quem estabelecerá a medida razoável do uso dessa força.

Boa parte dos entrevistados, quando solicitados a se posicionar quanto a esse tema, relatou a imposição legal de só usar a força quando necessária. Contudo, não deixam de denunciar a inoperância da justiça que acaba anulando todo o trabalho da PM quanto à prisão de infratores, muitas vezes restando a violência física contra o infrator como única resposta que ele, como mantenedor da ordem pública, pode dar à sociedade.

O poder da polícia também é apontado em outras falas, e por outras vertentes que não o da força física. Citam, por exemplo, o poder que têm de consertar o que está errado na sociedade, manipular e intervir na vida das pessoas através da repressão da desordem. Demonstram, nesses posicionamentos, o sentimento de superioridade que a sociedade, e até mesmo o Estado, despertam no policial.

Uma outra percepção de policial militar, socialmente construída, manifestada pelos cadetes, é a do estigma a que estão sujeitos. Falas, como: “não deu para mais nada, vai para a polícia”, ainda são uma realidade no meio civil, apesar dos esforços da Corporação em demonstrar o contrário e da constatação, junto ao grupo pesquisado, do número considerável de cadetes que já possuíam o 3º grau, estavam cursando ou tinham sido aprovados no vestibular de várias faculdades simultaneamente ao CFO. Do ponto de vista social, a fala abaixo retrata as dificuldades enfrentadas por um jovem policial militar ao tentar viver experiências próprias de sua idade:

“(...) cê sai na rua aí, à noite, pede pra conhecer alguma menina aí e tal. Aí ela pergunta: o quê cê faz? O quê? Cê é gambê? Sai fora... sai fora!

A primeira coisa que a mulher faz quando você fala que é polícia é dar um passo pra trás.”

Podemos perceber, então, que ao mesmo tempo que esses atores sociais podem usufruir dos privilégios emanados do poder, passam a se haver com o ônus de comporem uma organização estigmatizada, sobretudo por representar o Estado em sua função de garantir a ordem. Diante da escolha da PM como profissão, esses jovens despertam no imaginário de seus observadores aquilo que acreditam ser a identidade real deles, aquilo que prevalece no cenário em que vivemos. Privando-se de conhecer a verdadeira identidade escondida por detrás daqueles símbolos, esses observadores, todavia, não estão sendo injustos. Este é o modo como se entende, ainda hoje, ser o papel social do policial militar em nosso meio. E aqueles que entraram para a carreira sem se atentarem para isso, o descobriram tão logo passaram a fazer parte da corporação.

4 O PAPEL SOCIAL DO POLICIAL MILITAR

Um dos objetivos desta pesquisa era verificar quais os aspectos da imagem da PMMG que sugerem aos indivíduos os papéis sociais com os quais estão se identificando no momento da escolha profissional. Investigou-se, portanto, qual o papel social representado pelo policial em nossa sociedade, na visão dos entrevistados, partindo-se, inicialmente, do conceito de status, dada sua estreita vinculação com os papéis sociais.

Segundo Gusmão (1973), status são situações sociais que têm como consequência os papéis e funções sociais. Chama-nos a atenção para a existência do status adquirido e do status atribuído, este último

sendo oriundo do grupo, independente da vontade de quem o possui. Por outro lado, é possível ao indivíduo reescrever sua história, mudar sua posição na estrutura social, adquirir novos status, dependendo disso a sua vontade, capacidade, conhecimento e habilidade pessoal. Todavia, uma vez “conquistado o status, tem o indivíduo que se submeter a seu código, às funções e papéis sociais que dele decorrem, e ter os direitos e deveres que a sociedade ou o grupo lhe reconhece” (Gusmão, 1973).

Vários participantes da pesquisa nos descreveram o quanto se sentiam discriminados na situação social de policiais militares, opinião esta sendo corroborada nos comentários gerais entre eles, durante os grupos focais. A fala abaixo reforça essa discriminação, expondo a visão de um dos cadetes sobre a imagem que a sociedade tem do policial militar: “não só o preconceito com relação à violência, mas com relação à posição mesmo. É, tem muito isso, tem posição social...”.

Sua fala nos remete novamente à questão da percepção da carreira policial-militar, e talvez ao entendimento que se tem do termo status. Para alguns militares, é possível perceber que a carreira tem esse símbolo. Entretanto, não se nega a consciência de que, para a sociedade, no sentido em que o termo é usado do ponto de vista da sociologia, trata-se de uma profissão desvalorizada.

Ouvindo os cadetes neste estudo de caso, concluímos que a escolha da carreira de policial militar é uma opção por certo status social, naturalmente implicando também direitos e deveres inerentes à profissão, os quais são ditados socialmente a partir daquilo que se espera desse profissional. Esta expectativa é a mesma em relação a todas as profissões, já que o processo civilizatório nos fornece dados para entender que a realidade em que vivemos é um mundo compartilhado, formado por acordos que devem ser seguidos por todos, sob pena de se tornar evidente uma falha na engrenagem. É o que ocorre, por exemplo, quando nos deparamos com uma notícia de policial corrupto ou cometendo violência. Nossa aceitação do “script” ditado pela sociedade leva-nos a entender que ao policial é designada a tarefa de restaurar a ordem, exercer o controle daqueles atores que não estejam representando um papel em conformidade com as normas sociais, que não estejam sendo coniventes com o senso comum. Não se aceita, portanto, que aquele que deve manter a ordem esteja favorecendo a desordem. Nossos pesquisados nos confirmam esse pensamento sobre o que se acredita ser o papel do policial numa sociedade.

S7: “(...) a minha visão era de: polícia era pra pegar o bandido e ajudava as velhinhas a atravessar a rua. A visão que eu tinha era essa.”

S2/4: “(...) A gente também, do lado de fora, a gente vê: ‘ah, polícia! Ou prende, ou ajuda’ ... a gente só vê assim, aquele lado mágico da coisa, assim: ‘Ah, vou prender, vou ver bandido’, ou então ‘vou trabalhar, vai ajudar muita gente’ (...).”

Na visão desses policiais recém incluídos, o papel que lhes cabe está relacionado a prender e ajudar. Não negam, entretanto, o conhecimento das dificuldades que encontrarão no cumprimento dessa missão, nem mesmo o rigor do regime, o qual chegou a ser considerado, por um dos participantes, como superior àquele que se observa em Unidades do Exército Brasileiro.

Apesar da imposição social, no que tange às atribuições do papel, Berger (1986) nos esclarece quanto às implicações emocionais envolvidas na sua representação, a partir de duas frases:

“o papel oferece o padrão segundo o qual o indivíduo deve agir na situação”;

“os papéis trazem em seu bojo tanto as ações como as emoções e atitudes a elas relacionadas”.

Nosso entendimento da mensagem dessas frases é que não só a sociedade estabelece normas de funcionamento que atendam a seus interesses, como também os atores sociais não abrem mão de cumprirem tais normas, seguindo as diretrizes impostas ao seu papel. Todas as ações, emoções e atitudes esperadas daquele ator são representadas por ele, muitas vezes sem que ele mesmo se dê conta disso, tão interiorizada já estava tal representação escolhida.

Berger, na mesma citação acima, nos brinda com um exemplo envolvendo o Exército Americano que facilmente pode ser reconhecido em nossa PMMG, como em qualquer corporação militar brasileira. Trata-se de um homem recentemente promovido a oficial, que, diante das insígnias que deve passar a usar na farda, das continências e honras às quais passa a fazer jus, chega até mesmo a sentir-se embaraçado. Num primeiro momento se portará de maneira amistosa, e no fundo até mesmo acreditando que nada mudou em sua vida, que continua sendo o mesmo civil que há pouco tempo ingressara na corporação. Passado algum tempo, porém, a fim de desempenhar seu papel de oficial, esse homem deverá ter atitudes bastante características, o que incluirá até mesmo um pedido de punição para o seu subordinado que não lhe fizer a continência com a devida energia. A ação desse subalterno, na verdade, em relação ao papel que cada um deles representa, significará não apenas um desafio, mas uma violação a um código de regras. No entanto, a atitude desse oficial se dará de forma reflexa, inconsciente, sem que ele se ponha a buscar explicações.

Não se questiona a função inerente a um papel, apenas se representa, uma vez que, tendo ele sido instituído, pressupõe-se a existência de um laço comum que une todos aqueles que estarão envolvidos no cenário, e que os valores que estarão em jogo são apreciados por todos. Assim, “quando um indivíduo projeta uma definição da situação e com isso pretende, implícita ou explicitamente, ser uma pessoa de determinado tipo, automaticamente exerce uma exigência moral sobre os outros, obrigando-os a valorizá-lo e a tratá-lo de acordo com o que as pessoas de seu tipo têm o direito de esperar” (Goffman, 2001:21).

5 OS MOTIVOS DA ESCOLHA PELA CARREIRA POLICIAL-MILITAR

Não obstante havermos constatado a forte identificação dos cadetes do CFO-1/01 com aspectos relativos à imagem de poder que a carreira policial-militar oferece, ao pesquisarmos os motivos que os levaram à escolha da profissão, observamos que, com muita frequência, os fatores primários de Maslow, quais sejam as necessidades fisiológicas, de segurança, social, de estima e de auto-realização, estão sendo privilegiados. As falas descritas a seguir ilustram essa percepção, já que enfatizaram as necessidades de segurança:

S3/1: “(...) Acho que eu sou o único dos colegas meus que pode sair e pagar as próprias contas sem pedir dinheiro para ninguém”.

S4/4: “olha, estabilidade, como já foi dito, né, a condição de ter uma carreira sempre crescente... Mas, fora isso, o termo financeiro, que hoje, o salário da polícia é muito, muito bom... é... a assistência social; enquanto outras empresas é, estatais, que agora já foram privatizadas, eles cortaram, né? Assistência à saúde, assistência à educação, e a polícia, por enquanto, mantém... (...) isso tudo atrai o jovem, né, e também status, principalmente porque eu acho que, saindo da adolescência, 18, 19 anos, esse status, o jovem, pra querer, assim, afirmar perante ele mesmo e perante os outros, esse status também é uma... é... também atrai, pela carreira”.

Além da segurança, pudemos perceber também que a questão do status é relevante. Outras declarações dos entrevistados ressaltam esse aspecto através de seu posicionamento quanto ao nível hierárquico da corporação, no qual optaram por ingressar - a opção pelo oficialato. A concepção que se tem do praça da polícia é daquele indivíduo que não tem voz ativa, que precisa ser coordenado, que não questiona. A maioria deles declara que não teria ingressado na corporação através de sua graduação mais baixa (soldado), ou que até poderiam ingressar, desde que pudessem optar pelo CFO posteriormente, almejando, por esta via, uma função de gerência.

Apesar desse posicionamento, um dado importante é o fato de que esses cadetes, em grande medida, desconheciam a real função do oficial na PMMG. Muito nem sequer viam oficial na lida diária junto à população, e atribuíam esse trabalho ao praça.

Uma particularidade que observamos no grupo pesquisado foi que a grande maioria deles buscou a carreira policial-militar como uma opção entre as organizações militares. Em vários momentos foi possível ouvir, de um número significativo de sujeitos, que nem mesmo conheciam a Polícia Militar quando se inscreveram para o concurso. Outros já conheciam a PM, mas não sabiam o que era o Curso de Formação de Oficiais - apenas inscreveram-se para um concurso público.

Além disso, tivemos também aqueles que já conheciam a corporação e interessaram-se pela carreira pela sua característica militar. Aspectos como organização, funcionalidade, hierarquia, a pontualidade, os rituais militares, foram citados por alguns entrevistados como atrativos e até mesmo decisivos para sua opção pela Polícia Militar.

6 CONCLUSÃO

Interessante pensarmos esta ligação - polícia/militarismo - e suas implicações; quais as referências que se criam na percepção das pessoas e quais ações são emanadas dessa percepção. De qualquer forma, sabemos que a farda é um primeiro indicador do militarismo na PM, um indicador visual, mas que não é o único nem o mais importante. O que nos parece é que existe um certo fascínio, um atrativo fantasioso, em torno do fato de vestir uma farda, sobretudo uma farda com insígnias que identifiquem o indivíduo como um oficial da Polícia Militar. Fascínio que, na verdade, não guarda a devida aproximação com a atividade que realmente o oficial irá executar como um gerente de ações policiais.

Essa construção fantasiosa que é feita em torno da Polícia Militar nos remete a Goffman, o qual nos chama a atenção para a representação idealizada que muitos atores sociais oferecem a seus observadores. A idealização apresenta-se de forma bastante expressiva e costumeira em nossas relações diárias. Nos cenários que compomos na vida cotidiana, nosso desempenho segue os padrões valorizados e reconhecidos socialmente. Padrões estes que nem sempre se adequam à realidade, mas que, por vezes, correspondem a um conteúdo imaginário e a expectativas que criamos diante de nosso mundo simbolizado. É o que percebemos na fala de uma participante, sobre o significado de ser policial militar:

“ser militar pra mim era um mito. Eu achava lindo! Achava lindo! (...) Com o tempo é que fui vendo que ser polícia era muito difícil (...)”,

À figura do oficial da PM estão associadas características que mais correspondem à percepção fantasiosa do que venha a ser esta profissão, do que verdadeiramente à sua realidade. Essa afirmação se baseia essencialmente na análise já apresentada acima de que vários cadetes apenas se conscientizaram do real significado de sua escolha profissional ao iniciarem o CFO, a partir das instruções que passaram a ter e do convívio com os policiais mais antigos. Daí, a necessidade de pensarmos no grande desafio que enfrentam as Unidades de formação na Polícia Militar de Minas Gerais. Ao receber um jovem que traz em seu imaginário uma representação social de polícia que a corporação vem tentando modificar, elas têm a missão de ensiná-lo a ser um policial, além de reconstruir a concepção que ele já trouxe consigo sobre esta profissão. E é importante que se frise: a imagem de uma polícia que prioriza a repressão é presente no imaginário social. Ao ingressar na corporação, os cadetes têm a oportunidade de vivenciar o processo de construção de uma polícia que acreditamos ser a adequada para a sociedade que queremos: uma polícia cidadã.

REFERÊNCIAS

- BECKER, H. S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. SP: Hucitec, 1994. Cap. 5, p.117-123.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. 19. ed. Petrópolis: Ed.Vozes, 2000. 247 p.
- BERGER, P.L. *Perspectivas sociológicas*. 7ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1986. 202 p.
- BRASIL. Congresso Nacional 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1994, 230 p.
- FRANÇA, J.L. et al. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 5. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2001. 211 p.
- GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. 9. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001. Cap. 1, p. 25-75.
- GOFFMANN, E. *Estigma*. 4. ed. RJ: Ed. Zahar, 1982. 158 p.
- GUSMÃO, P. D. *Manual de Sociologia*. 4. ed. RJ: Ed. Forense, 1973. Cap. 9, p.139-160.
- HAGUETTE, T.M.F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001. 224 p.
- REIS, M.C.S. *Imagem corporativa: gênese, produção e consumo*. 1991. 171f.. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- ROSO, Adriane. *Grupos focais em Psicologia Social*. *PSICO*. RS, v. 28, n. 2, p.156-169, jul./dez. 1997.

